



Fernando Henrique



José Richa



Carlos Chiarelli



Ricardo Fiúza

Fernando Henrique crê em entendimento

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), relator-adjunto da Comissão de Sistematização, acha que o governo dá sinais de querer discutir as questões de presidencialismo e parlamentarismo, que tanta polêmica vêm causando na Constituinte.

Fernando Henrique — que participou no Rio, com os senadores Carlos Chiarelli (PFL-RS) e José Richa (PMDB-PR) e o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), de um painel na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica — não acredita na intransigência do presidente José Sarney em torno do presidencialismo e aponta os encontros do chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, com parlamentares como indício de distensão.

Três ângulos — Na exposição, 120 tenentes-coronéis e sete coronéis, alunos dos cursos de Comando, Política e Estratégia Aeroespacial, ouviram três propostas diferentes de parlamentarismo.

Fernando Henrique é a favor da emenda Nelson Carneiro — ela prevê a criação de uma comissão para promover a adaptação ao novo regime, em seis meses, embora determine que este atinja os estados somente após as próximas eleições de governadores.

O senador Carlos Chiarelli tem emenda própria: parlamentarismo clássico, com o presidente da República "apenas como um símbolo", enquanto o chefe de governo é o primeiro-ministro, e transição entre os dois sistemas facilitada pela nomeação de um ministro extraordinário, com a função de elaborar leis que fortaleçam as instituições do país.

Chiarelli quer um referendo para aprovar a nova Carta e, se a população disser "não", toda a Constituinte será dissolvida, elegendo-se outra. Para ele, o mandato presidencial deve ser de seis anos — inclusive o de Sarney. Em 1990, segundo sua proposta, deverá haver a escolha do primeiro e único presidente

brasileiro em 30 anos (desde que Jânio Quadros foi eleito, em 1960), pois os seguintes seriam apontados em eleição indireta pelo Congresso.

O senador José Richa, defensor de um mandato de cinco anos para o presidente, se aproxima mais de Chiarelli do que de Fernando Henrique. Ele discorda, entretanto, da maneira gradual de implantação do parlamentarismo, pensa que as diretas são incompatíveis com o equilíbrio do regime de gabinete e assegura que "o presidencialismo está exaurido em todo o mundo".

O deputado Ricardo Fiúza foi questionado sobre o papel das Forças Armadas na segurança nacional e advogou sua ideia de que elas não podem ser acionadas pelo presidente "acima da lei e da ordem", nem devem depender de uma decisão conjunta dos três poderes para agir na defesa dos poderes constitucionais, como está hoje no projeto de Bernardo Cabral.

TFR dá anistia que ministro militar considera exagerada

BRASÍLIA — O ex-cabo da Aeronáutica Mário de Souza, atualmente co-brador de ônibus no Rio de Janeiro, cassado em 1964 por haver fundado a Associação de Cabos da Força Aérea Brasileira, da qual foi o primeiro presidente, ganhou no Tribunal Federal de Recursos a anistia com direito a voltar à Força, na reserva, recebendo salário correspondente à sua patente. Enquanto os ministros militares brigam na Constituinte contra a concessão da anistia, cerca de dez ex-militares já ganharam nos últimos três meses, no TFR, o direito à reintegração.

Os ministros do Tribunal Federal de Recursos não aceitam as posições dos ministros militares, que justificam o afastamento dos militares por questões disciplinares. Em todo os processos, o TFR derrubou a tese dos ministros, informando que nas punições ficou claro a conotação política.

Tese — O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, disse que o ex-cabo Mário de Souza fora afastado "por ter o ex-militar participado, fardado, de manifestação de caráter político e reunião subversiva com políticos e líderes sindicais".

"É impossível deixar de reconhecer a natureza político-ideológica da punição imposta ao cabo", afirmou o ministro Geraldo Sobral, do TFR, acrescentando

que, apesar de pretensamente embasada no regulamento disciplinar da Aeronáutica, a pena imposta decorreu das atividades políticas de Mário de Souza, como o próprio ato de expulsão demonstra.

O ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, vem batendo na mesma tese para não conceder anistia aos ex-marinheiros expulsos em 1964 porque, segundo ele, não houve motivação política no ato de punição. E, assim como o seu colega da Aeronáutica, vem perdendo no Tribunal Federal de Recursos todos os processos movidos por ex-marinheiros. É o caso de Marinaldo Oliveira de Souza, expulso do serviço ativo da Marinha de Guerra, em setembro de 1964, com base no regulamento disciplinar, por sua participação na chamada "revolta dos marinheiros" em abril e março daquele ano, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

Marinaldo, hoje em Natal, entrou com o mandado de segurança no TFR depois de o ministro da Marinha recusar o seu pedido de anistia. Por maioria de votos — 23 a 2 —, o Tribunal concedeu, em parte, o mandado, ou seja, considerou o ex-marinheiro anistiado, deixando de determinar, no entanto, sua reversão ao serviço ativo, cuja oportunidade ficará a critério da Marinha.

Viúva — O Centro de Comunicação Social do Ministério da Aeronáutica

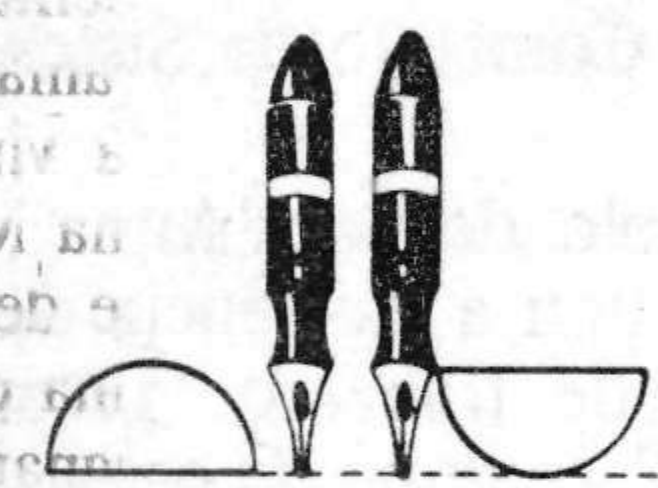
explicou que a reversão ao serviço ativo depende da idade do anistiado. Se a idade do anistiado passar dos limites determinados por lei para ele exercer a sua patente, automaticamente passa para a reserva com a remuneração relativa à patente de quando foi expulso.

A Marinha é a que mais vem sendo penalizada com as concessões de anistia pelo Tribunal Federal de Recursos. Num mesmo processo, os ex-marinheiros Elízio Soares da Silva, Reinaldo Di Benedetto e Avelino Biondi Capitani ganharam a anistia que havia sido negada pelo ministro Henrique Sabóia. Outro também beneficiado foi o marinheiro Antônio Santos Nunes e nem mesmo as viúvas de ex-marinheiros punidos em 1964, por "ato disciplinar", estão deixando de ganhar no TFR. É o caso de Maria Lima Louzeiro, viúva do ex-grumete José Antônio Souza Louzeiro, morto em 1985.

Louzeiro foi expulso da Marinha em 1964, por sua participação nos acontecimentos políticos da época, como integrante da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil.

A viúva dele teve o seu pedido de pensão indeferido pelo ministro Henrique Sabóia, sob a alegação de falta de amparo legal, por entender que a punição foi com base no regulamento disciplinar da Força e não por ato de exceção. Maria recorreu ao TFR e ganhou o direito de receber a pensão do marido.

Ulysses suspende suas críticas ao parlamentarismo



O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, da Câmara dos

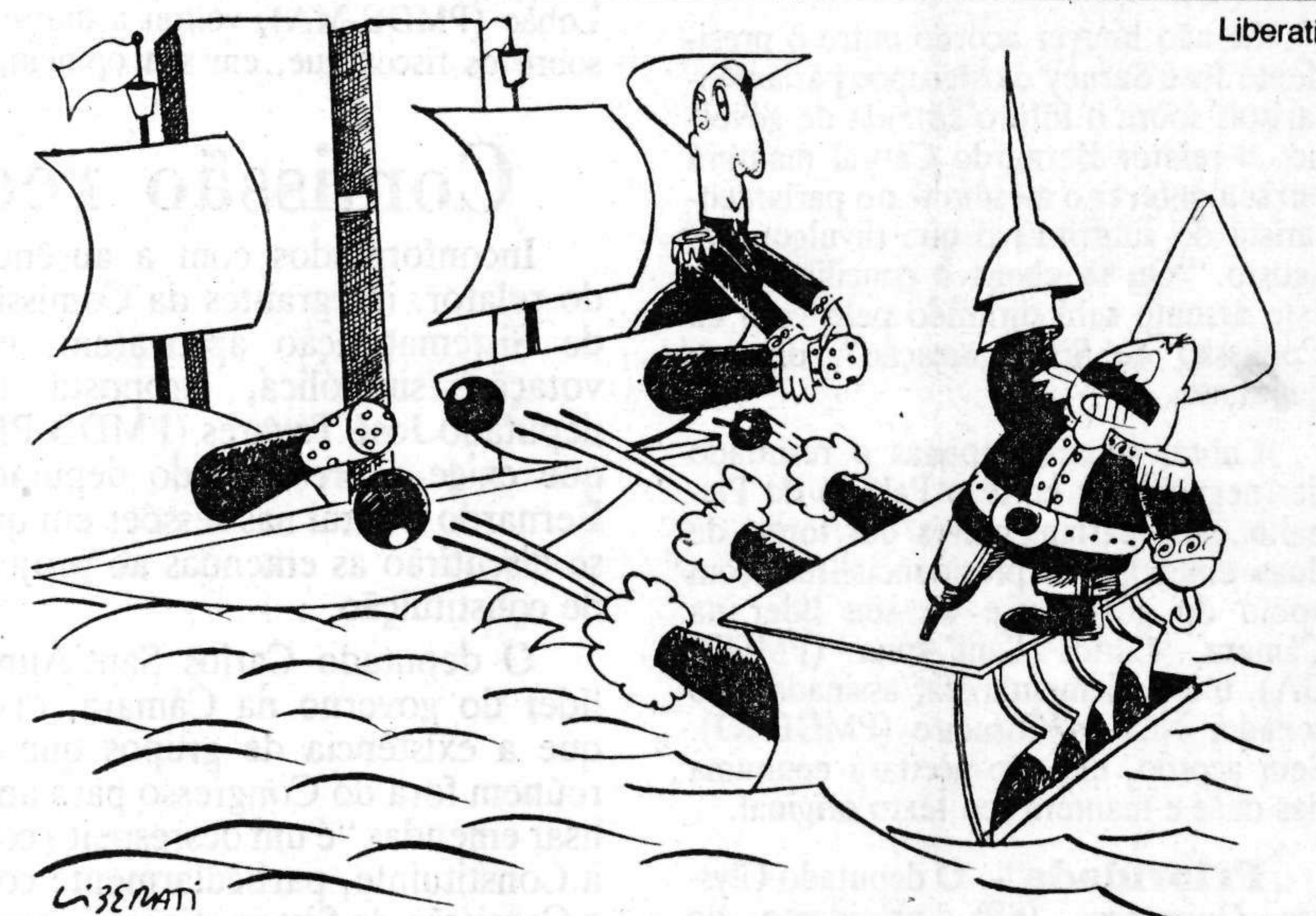
Deputados e do PMDB, começou a alterar sua posição de adepto fervoroso do presidencialismo como o melhor sistema de governo para o país. Até o último domingo, Ulysses criticava, acidentalmente, o parlamentarismo — embora não fosse possível identificar movimento algum da parte dele para reverter qualquer voto favorável ao novo sistema de governo que a Constituinte poderá vir a adotar.

Desde o domingo, Ulysses silenciou sobre o assunto. Naquele dia, à tarde, em sua casa de presidente da Câmara, reuniram-se as principais lideranças do PMDB na Constituinte para debater com o deputado Bernardo Cabral a versão do próximo anteprojeto de Constituição, que deverá estar pronto na terça-feira 15. O deputado Luiz Henrique, líder do PMDB na Câmara, exibiu para Ulysses os números que reforçam as chances do parlamentarismo ser aprovado na Constituinte.

Na Comissão de Sistematização, que votará o anteprojeto de Cabral

Sem direito a mudar

Na última versão conhecida do seu anteprojeto de constituição, o deputado Bernardo Cabral não se limitou, apenas, a adotar o parlamentarismo como novo sistema de governo — introduziu um artigo que proíbe, simplesmente, o retorno no futuro ao presidencialismo. O parágrafo 4º do artigo 92 diz que "não será objeto de deliberação a proposta de emenda" à Constituição tendente a abolir "a forma republicana ou o sistema parlamentar de governo". A vingança que Cabral propôs, nem mesmo o povo, através de um plebiscito, poderia revogar o parlamentarismo.



antes que o plenário da Constituinte o examine, 52 dos seus 93 membros votarão a favor do parlamentarismo, segundo Luiz Henrique. Na bancada do PMDB na Câmara, o parlamentarismo tem dois de cada três votos. Mesmo no PDS, constatou o líder do PMDB, 32 dos 36 deputados federais seriam parlamentaristas. Cabral revelou a Ulysses, na ocasião, que tornará a propor o parlamentarismo no seu próximo anteprojeto. "Não posso recuar", disse.

O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, aproveitou o encontro para anunciar que se engajaria nas articulações para a aprovação do parlamentarismo. Engajados já estão os senadores Fernando Henrique Cardoso e José Richa, que também compareceram à casa de Ulysses. O presidente do PMDB, como sempre, esquivou-

se de fazer uma declaração formal sobre a questão que poderá levar seu partido ao confronto com o presidente da República, que insiste em manter o presidencialismo.

Não disse sim nem não — mas em seguida, encaminhou a discussão para a procura do melhor modelo de parlamentarismo entre os tantos que foram sugeridos. Cabral adiantou que pretende aderir ao modelo oferecido em emenda pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), abrindo mão do modelo do senador Afonso Arinos (PFL-RJ) usado no seu último substitutivo. Arinos disse, na hora, que nada tinha a opor a isso e que passaria a defender a emenda de Carneiro. Os parlamentaristas estão felizes e Sarney, assustado.

Lembra-vos da Argentina

— Josué, eu esqueci de almoçar. Traz uns melões, uns biscoitos — suplicou o senador Nelson Carneiro ao entrar, no final da tarde de ontem, em seu gabinete no Congresso. Josué da Silva é contínuo.

— E o parlamentarismo, passa senador? — indagou um curioso.

— Você viu a derrota do Alfonsín na Argentina? Sarney deve refletir sobre isso com essa história de querer manter o presidencialismo — ensinou o senador. Em seguida, ocupou-se com os melões. Sem biscoitos.

Mais poderes para Paulo

Diretor da Câmara dos Deputados, o todo-poderoso Paulo Afonso, uma espécie de eminência parda de todos os presidentes que por ali passaram nos últimos 15 anos, ganhou mais espaço e confirmou seu prestígio. A pedido do deputado Bernardo Cabral, Paulo Afonso assumiu a coordenação geral de todo o processo de confecção do próximo anteprojeto de Constituição. Ele passa a comandar, não apenas os que assessoram Cabral, como também a entrada e a saída, nos computadores do Serpro, de emendas e pareceres.

Pinga-fogo

bral rendeu-se à pressão do grupo liderado pelo senador José Richa.

* Mais do que a ninguém, Cabral deve a Richa sua eleição para relator da Comissão de Sistematização. O senador começou, só agora, a apresentar a conta do seu apoio.

* O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, foi instruído ontem pelo presidente Sarney a não arredar pé da posição em favor da

manutenção do presidencialismo como sistema de governo.

* Enquanto se acirra o debate em torno do parlamentarismo e se teme um confronto entre a Constituinte e o presidente da República, o senador Marco Maciel passeia na Alemanha a convite oficial. Só retornará no final da semana.

Ricardo Noblat

* O deputado Ulysses Guimarães está preocupado com o capítulo da Constituição que trata do Poder Judiciário. Ele acha que se avançou pouco quanto a isso no último anteprojeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral. "Temos que modernizar o Judiciário", sugere Ulysses.

* O diploma para o exercício da função de jornalista, que desapareceu no anteprojeto conhecido de Cabral, voltará a ser exigido no próximo. Ca-